



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA

LEI MUNICIPAL No 479/1994

Ata de Reunião Ordinária do CMEG.

Data de 17 de maio de 2022.

Aos 17 dias de maio de 2022, às 18 horas e 30 minutos, reuniram-se em reunião ordinária, realizada por meio do aplicativo Zoom, os seguintes conselheiros de educação de Garopaba: Bruna Hegele (presidente – representante dos professores da rede estadual), Carlise Rigo, Jaqueline da Silva Silveira, Agna Muller, Gabriela de Amorim Crispim, Juliana Alcides Pereira, Mauro Lorençatto, Suélen Maria de Souza, Jô Araujo, Juliana A. Pereira, Lilian (?), Rosilene Pacheco, Rose Pacheco, Tatiane Veit, Tatiana Teixeira, Claudia Hartwig, Juliano Furtado, Denize (?), Diana Melim e Nidia Correia.

Bruna inicia a reunião agradecendo a presença de todos que se disponibilizaram a entrar mais cedo, e disse que o tema da conversa irá se estender ao longo de futuras reuniões. Afirmou que Evelyne já havia a informado de sua saída do CME e pediu a opinião de todos, por acreditar que os conselheiros não têm conseguido atuar segundo demanda o funcionamento do CME, sendo essa uma conversa que ela já havia tido com a Evelyne por ocupar um cargo na presidência, e por isso a mesma optou por sair, visto que a ocupação dos cargos é voluntária e opcional, e em sua associação (Guarapuvu) não havia outro membro disponível para substituí-la. Ela questiona aos outros conselheiros se acreditam estar bem do jeito que está o funcionamento do CME, que acredita que alguns conselheiros têm deixado de participar ativamente e quer entender a opinião dos demais, visto que o conselho precisa dar algumas respostas e a mesma está se desgastando ao se esforçar sozinha em questões da própria estrutura e funcionamento do conselho, em diálogos com o prefeito e o promotor. Ela diz que espera poder contar com mais pessoas após a saída da Evelyne, e que todos deveriam se revoltar com a questão do prefeito não ceder um servidor, ou que não houve nenhum tipo de discussão no conselho sobre o Plano Municipal de Educação e a prefeitura alegou que o CME estava a par. Ela alega que há coisas que o município e a SME estão fazendo e o CME não consegue acompanhar, não querendo julgar o trabalho de ninguém individualmente, mas acreditando que poderia ser feito mais.

Jaqueline fala que se fez bastante coisa, sendo o conselho bem ativo na medida do possível, dentro da demanda de cada conselheiro. Falou também sobre ter mais uma pessoa responsável das funções organizacionais para auxiliar a Bruna, que deveria ter alguém pra cobrar e secretariar as comissões. Alega que a comissão a que faz parte (Educação infantil) tem trabalhado dentro do possível, lendo muitos PPPs e entregando devolutivas. Que se houvesse alguém para compilar todas as informações e repassar para a Bruna seria benéfico,

que a falta de alguém para auxiliar nisso torna precário e sobrecarrega os conselheiros, e principalmente a Bruna por precisar cobrar todos. Fala que a Bruna deveria cobrar no individual os conselheiros, e não no grupo.

Bruna apoia a ideia de se secretariar as comissões. Gabriela sugere que enquanto não há essa pessoa para se responsabilizar, cada comissão poderia ter 1 responsável. Bruna diz que já tem. Jaqueline diz que com as mudanças de membros e trocas entre comissões, isso se confunde, e por isso se faz necessário um secretário fixo.

Juliana relembra que no conselho são todos voluntários, e que pela constituição o conselho deve ter um secretário, e que enquanto a administração pública não fornecer esse funcionário não pode haver cobrança sobre as admissões do conselho. Bruna diz que não há cobrança do poder executivo, mas sim do promotor, se está sendo feita as reuniões mensais, e diz que vai questionar o promotor sobre o suporte que está dando para o conselho. E afirma que o próprio conselho sabe que não está fazendo todas as atribuições que têm em papel.

Agna concorda da necessidade da secretaria e diz que reconhece suas ausências, sem ter como auxiliar mais. E diz que pode ceder o cargo de vice, por não ter como se responsabilizar mais e está com muita demanda pessoal e de trabalho.

Bruna questiona sobre o ingresso de membros na reunião, se Tatiane estava tendo acesso, porque gostaria de limitar nesse momento prévio. Tatiane diz que não, que o acesso deve ser automático pela ausência do host.

Suélien diz que o pós pandemia complica a situação, mas que atualmente o conselho está atuando melhor do que em épocas passadas, que o que está sendo possível de ser feito está sendo bem feito. Entende que há bastante demanda para a Bruna, e se dispõe a auxiliar no possível. Levanta a importância da reunião com o promotor. Jaqueline e Suelen lembram a dificuldade de conciliar as demandas das escolas com o conselho.

Bruna diz que apesar de ser voluntário, os conselheiros precisam cumprir as demandas quando estas chegam e não dá para adiar. Que as atividades precisam caminhar para que ela não seja cobrada. Mas realmente as reuniões estão tendo participação, formando quórum. Propõe que a questão do secretariado seja levada ao promotor amanhã, e veja o que é possível fazer. Que se não for dada uma secretária e uma sala ao conselho de educação, que seja dada uma ao CAPs, FUNDEB, CAE e CME, unindo os conselhos. Jaqueline diz que havia sido mandado um ofício dizendo que o conselho ganharia uma sala. Bruna diz que não foi afirmado isso, que será necessária a criação de uma lei para ter acesso a isso. Diz que a partir da reunião de amanhã irá voltar a compartilhar com o grupo o andamento.

A reunião inicia oficialmente, Bruna apresenta a pauta, pergunta se alguém gostaria de alterar algum ponto. Gabriela sugere adicionar na pauta o ofício recebido no dia de hoje sobre a AEE. Bruna concorda.

Ninguém quer fazer nenhum informe. Bruna diz que foi finalizado o documento a respeito do Plano de Carreira, e que foi pedido por ofício ao Poder Público que se pronuncie sobre as

observações feitas e justifiquem. E relembra da importância da reunião que será realizada com o promotor. Bruna diz que não foram feitas as últimas ATAS das reuniões, e por isso não será feita a aprovação das ATAS.

- Clube Aluno

Bruna contextualiza ser uma empresa que Garopaba paga sobre professores online de reforço escolar, e que acredita que deveria ser feita uma solicitação ao município via ofício sobre a eficiência desse serviço, em termos de quantos alunos têm acesso e a eficiência do mesmo. A questão é aprovada.

- Espaço ser criança.

Perguntou sobre a liberação do REGIM, vai aguardar a presença da Diana para saber como está o processo. Jaqueline diz que a comissão avaliou que a escola ainda precisa melhorar o PPP. Diz que a comissão seguiu a estrutura sugerida pelo conselho, que os planos da escola ainda têm defeitos, mas estão melhorando e com o tempo vai se organizar melhor. Que ainda se faz necessária uma visita para entender se o que está em Plano, está sendo colocado em prática. Bruna relembra a questão de terem registro de educação infantil, mas são centro de recreação, então alguns requisitos não estarão presentes. Mas se oferece para acompanhar na visitação, e pede que ao menos um membro da comissão a acompanhe na visita. Juliana também se disponibiliza. Fica decidido o grupo posteriormente quem irá.

- Solicitação de verba do Programa Monitoramento Mirim Costeiro

Bruna abre o documento enviado pela entidade e pergunta se alguém fez a leitura. Irá fazer a leitura para o grupo, visto que apenas Mauro o leu previamente. O mesmo questiona sobre a ausência de justificativa financeiras no projeto, de onde virá o dinheiro, qual a quantidade destinada. Bruna diz que também se questionou sobre o conselho não ter conhecimento na prática da efetividade dos projetos, e se a secretaria da educação faz essas avaliações anuais da importância pedagógica do que se oferece. A responsável da secretaria diz não saber. Jaqueline defende o projeto dizendo que já participou e que traz um benefício significativo para as crianças. Juliana também diz que conhece o projeto e o que eles trazem para dentro das escolas é muito importante, que traz muitos conhecimentos. Sugere uma visita ao Mini-museu do Mar. Os membros da rede em geral apoiam a importância do projeto e seu valor científico. Mauro relembra que não são todas as escolas que estão no projeto, que apenas 7 municípios estão tendo o requisito de fundo. Agna relembra que começou com o fundo do edital do CMDCA, e por isso só havia fundo para algumas escolas, e que agora eles estão unindo recursos com esse pedido, e que na parte de “valores” do documento tem a descrição da destinação dos fundos, que devem posteriormente ser justificados e comprovados. Bruna diz que seria interessante o conselho ter acesso às prestações de contas, para ter arquivado. Agna diz que seria necessário pegar mais serviço, se contradizendo sobre as demandas excessivas do conselho, sendo que esses documentos estão disponíveis para quando necessário. Celso

diz que essa solicitação de verba se assemelha a da APAE, e que há uma legislação que dá amparo nessa solicitação, e que na prefeitura quando se cede esse recurso, a mesma faz o acompanhamento. Que se o conselho consentir a verba será destinada e fica a par da prefeitura acompanhar. Agna diz que o parecer do conselho é apenas um dos documentos necessários, e que a prestação de contas faz com que todo o valor seja devolvido em caso de quebra, e que a câmara dos vereadores que aprova também, sendo já um processo bem criterioso. Celso concorda que não deve ser um trabalho a mais do conselho.

Bruna volta a falar sobre a questão de se avaliar a efetividade desses projetos, de maneira pedagógica, e que seria legal o conselho fazer isso junto a prefeitura. O conselho aprova a solicitação.

- Solicitação de verba da APAE

Bruna abre o documento, e lembra que a demanda de verba era para o transporte de alunos, aquisição de alimentos, manutenção de serviços essenciais, aquisição de materiais específicos e um novo espaço. Há o descritivo de valores. Bruna comenta sobre a visita a entidade e a conversa realizada. O conselho aprova a destinação da verba. Bruna diz que irá conversar com a Amabile para poderem visitar posteriormente e ver se tudo ficou certo por lá após o recebimento da verba.

- Hora atividade

Bruna justifica seu posterior questionamento no grupo do WhatsApp sobre a motivação da necessidade de um termo de compromisso. Que havia entendido que dentro das entidades escolares seria debatido, e que se fosse definido na escola que todos fariam uma carga horária igual seria feito um cronograma e haveria a assinatura em papel, sendo a hora atividade algo que o profissional se dispõe a fazer e isso bastaria. E que quando a secretaria enviou um termo de compromisso ficou chateada porque a resolução debatida no conselho definiu um documento com maior autonomia ao professor. E que isso a incomodou, que se fosse só uma questão organizacional uma tabela serviria, enquanto um termo compromisso implica questões jurídicas. Celso diz estar impressionado, que não tinha conhecimento disso, que é algo muito perigoso visto que o que estava definido foi descumprido e abre margem a outros órgãos podem distorcer o que o CME delibera, diz que a SME deveria se manifestar e que o conselho, que já está enfraquecido, corre um sério risco. Sugere convidar alguém da SME a se manifestar em uma reunião. Que estão regredindo. Nídia entra na reunião e diz que não entende da mesma forma. Acredita que, enquanto coordenadora, sempre que é feita uma reunião com os professores as demandas da SME são levadas como uma sugestão, e não uma definição. E que o assunto das horas atividades foi levado aos professores, e muitos preferiram realizar suas horas na escola enquanto outros em casa, e essa autonomia foi cedida. Diz que os professores comissionados estão trabalhando também pela educação, necessidades e demandas, e não estão concordando cegamente com tudo que é passado pela SME. Diz que foi feita a planilha de organização, marcada reuniões, e que o termo de

compromisso é destinado a alguns colegas que fazem a hora atividade em casa e vem a cobrar posteriormente como se não houvessem recebido, ou se posicionam de formas não funcionais. Que as escolas continuem a ter autonomia para organizar suas horas, mas que se faz necessário o termo para melhorar a comunicação e organização.

Bruna diz que o documento que recebeu dizia que era destinado a professores que cumpririam 100% das horas na escola, colocando apenas uma possibilidade, questionando a existência de outros termos com outras cargas.

Jaqueline diz que não soube do termo, que não chegou na escola em que trabalhava, que só soube após a divulgação da Bruna no grupo. Que o que teve conhecimento foi da planilha, e que não vê como algo grave. Que a classe de professores deveria se manifestar se está descontente com isso, gerando uma demanda. Bruna abre o termo que foi enviado no grupo, e mostra que está descrito que será cumprido na escola as horas atividades, e que muitos professores preenchem sem fazer a leitura. Juliana diz ser o único termo que chegou na escola dela também, e concorda com a opinião de Bruna, que acaba sendo uma coerção aos professores de cumprir a hora atividade na escola, parecendo que quem não assina o termo é descompromissado, que isso deve ser discutido sim. Celso diz se preocupar com as palavras que coloca, pela possibilidade de distorção, mas acredita que professores que estão conectados ao poder público sempre terão uma visão diferente da dos demais conselheiros. E que sempre há o medo das pessoas de se pronunciarem, tendo professores com receio de abrir essas demandas perante seus superiores hierárquicos. E que pela fala da Nídia, assina o documento quem quer, e quem não quiser assinar que nada seja imposto. Mas a quem interessa um documento que só assina quem quer? E se preocupa que isso seja ignorado. Nídia diz que quando se trabalha pela educação do município ou se é ético ou não, e que está na coordenação há 3 ou 4 anos independente de partido político, tendo trabalhado em diversas gestões. Que o que cabe ao conselho é discutir as demandas recebidas, e que professores descontentes devem sim levar as demandas para ela ou a Jaque, como representantes dessa classe, afirmou que não é “quem quer” que assina, mas sim os professores que optaram pela hora atividade na escola, reafirmando ser questão de organização, para que a escola saiba com qual funcionário pode contar presencialmente, e que o professor pode mudar de idéia quando quiser. Gabriela concorda plenamente com a Nídia, visto que o documento não foi imposto, mas que se há esse desconforto no conselho deve ser enviado um ofício ao SME pedindo esclarecimento. Bruna diz que as discussões são importantes, e relembra a questão do ensino remoto, onde qualquer um poderia optar por isso, sendo um documento assinado e grampeado junto a lista de comorbidades. Que viu na escola as pessoas se confundirem por vincular uma coisa à outra. Deveria então o termo ser mais claro e flexível, podendo ter um espaço em branco para preencher a carga de horas em escola escolhida pelo professor. Aceita pegar a sugestão da Gabriela para questionar o SME, caso o conselho aprove. Jaqueline sugere envio de ofício para as escolas para saber a demanda dos professores, já que nada chegou a elas. Nídia diz que seria importante para saber também o que foi repassado aos professores sobre esse termo. Se faz necessário ouvir os professores. Carlise sugere a

elaboração de um formulário no Google, para que as questões sobre o assunto sejam colocadas e divulgadas entre os docentes. Nídia fala que deve então ser enviado um ofício às escolas, informando sobre esse questionário do Google, para que o conselho possa ouvir os professores. Jaqueline diz que o compromisso é do professor, independente das horas destinadas em casa ou na escola, e que se sabe que alguns não cumprem, mas que são horas pagas para garantir a qualidade do ensino. Nídia relembra que é para pesquisa, estudo, melhorias do ensino e a própria profissão. Juliana concorda com a Jaqueline, que se deve ouvir os professores, e deve se abrir esse canal. Bruna propõe que se os professores estiverem satisfeitos com a situação, nada será feito. Gabriela diz que mesmo assim a SME deveria ser questionada. Bruna se responsabiliza de criar os documentos -ofícios e questionário, Nídia e Jaqueline darão andamento.

- Atendimento Especializado no CME

Houve aprovação, montagem da sala e lembra a demanda de se iniciar o atendimento do AEE. Bruna diz que não há documento sobre a atividade de se autorizar o funcionamento do AEE. Que não saberia como proceder, talvez com visita para conhecer o espaço. Celso também se felicita com essa conquista, e acha que não é necessário mais do que a realização do credenciamento, que há uma resolução que diz que o papel do conselho é apenas fazer esse parecer favorável. Diz ser uma vitória para essa escola. Nídia diz não ser uma escola, por não ter as mesmas normas, sendo um atendimento educacional especializado, onde as famílias optam ou não pelo serviço. Agna diz ser uma complementação, não substituindo o ensino regular. Nídia afirma novamente ser uma sala de recursos, destinada a alunos com necessidades especiais, para que esses possam ser de fato incluídos igualmente dentro das escolas. Gabriela diz que isso está tudo bem explicado na proposta. Bruna diz que irá aguardar o retorno da Amabile para realizar a visita e liberar o credenciamento, para liberar o funcionamento. Nídia diz ser necessário já marcar a data, visto que os pais já foram orientados e conheceram o espaço, então estão esperando esse atendimento, para que não fique tardio o credenciamento. Bruna se disponibiliza nas segundas ou sextas feiras, Gabriela diz que segunda dia 23/05 seria uma boa data, fica marcado entre Nídia, Gabriela e Bruna dia 23/05 às 14h30.

Bruna agradece a presença de todos, lembra da reunião amanhã com o promotor e diz que passará o andamento ao grupo, que irá levantar novamente a necessidade da secretaria. Informa Nidia sobre a saída da Evelyne e dá a reunião como encerrada.